



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 08, 09, 10, 11 e 12 de junho de 2026.

ANO XLIII

Nº 2204

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE
Presidente – MDB

JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO
1º Vice-Presidente – PDT

VALCINÉIA MARQUES FARIAS
2º Vice-Presidente – PT

PATRICIA LUIA QUEIROZ CAPRA
3º Vice-Presidente – PP

JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO
4º Vice-Presidente – PL

TULIO DIAS DAS NEVES
1º Secretário – PSD

MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE
2º Secretário – UNIÃO

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS
3º Secretário – REPUBLICANOS

LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR
4º Secretário – PSB

VEREADORES

BANCADA MDB

BLENDA CECÍLIA ALVES OUARESMA (Blenda Quaresma)
CLEOSON SOUZA DA SILVA (Bieco)
EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ (Silvane Ferraz)
JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE (John Wayne)
PABLO RAFAELLO RAYMOND DA SILVA FARAH (Pablo Farah)
RENAN CENTENO NORMANDO (Renan Normando)
RONISON ROGÉRIO SOZINHO PARAGUASSU (Roni Gás)
WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE (Nenem Albuquerque)

BANCADA PSD

ANDRÉ MARTHA TAVARES FILHO (André Martha)
JOSIAS DA SILVA HIGINO (Josias Higino)
SALETE FERREIRA SOUZA (Pastora Salete)
TÚLIO DIAS DAS NEVES (Túlio Neves)

BANCADA PL

AGATHA SODRÉ BARRA DO AMARAL (Agatha Barra)
MAYKY TAYLY GUIMARÃES FRANCO (Mayky Vilaça)
JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO (Zezinho Lima)

BANCADA UNIÃO

JOSÉ LUIS PANTOJA MORAES (Zeca do Barreiro)
MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE (Felipe Vinagre)
VITOR SALES CAMINHA (Vitor Sales)

BANCADA PDT

JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO (João Coelho)
RAQUEL FERREIRA VIANA (Raquel dos Animais)

BANCADA REDE

IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE (Igor Andrade)

BANCADA REPUBLICANOS

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS (Augusto Santos)
MARCOS ROBERTO XAVIER (Marcos Xavier)

BANCADA PV

MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO (Moa Moraes)
GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA (Gleisson Oliveira)

BANCADA PSB

LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR (Lulu das Comunidades)
FÁBIO JORGE CARVALHO DE SOUZA (Fábio Souza)

BANCADA PP

PATRICIA LUIA QUEIROZ CAPRA (Patrícia Queiroz)

BANCADA PSOL

MARINOR JORGE BRITO (Marinor Brito)
VIVIANE DA COSTA REIS (Vivi Reis)

BANCADA PT

ALFREDO CARDOSO COSTA (Professor Alfredo Costa)
VALCINÉIA MARQUES FARIAS (Neia Marques)

BANCADA PC DO B

RODRIGO FERREIRA DE MORAES (Rodrigo Moraes)

BANCADA PRD

JOÃO VITOR GAMA MATIAS (Vitor Gama)

BANCADA AVANTE

NAYARA BARBALHO DA CRUZ (Nay Barbalho)

PORTARIA Nº 251/2026, de 03 de fevereiro de 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das suas atribuições legais.

RESOLVE:

CONCEDER nos termos do Art. 93, Inciso IV, combinado com o Art.103 da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **180 (cento e oitenta)** dias de LICENÇA MATERNIDADE à servidora **MARJORIE ROBERTA DA FONSECA FERREIRA**, ocupante do cargo em comissão “Secretário Legislativo” do Gabinete do Vereador **MAYKY TAYLY GUIMARÃES FRANCO (MAYKY VILAÇA)**, durante o período de 03.02.2026 a 01.08.2026, de acordo com o Atestado expedido pela Dra. Hannah Imbelloni Evangelista.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 03 de fevereiro de 2026.

JOHN WAYNE
Presidente

PORTARIA Nº 378/2026, de 04 de março de 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei nº 8.078/01, de 05.07.01, e

CONSIDERANDO disposto no Memorando nº.....de.....

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **MÁRCIA LEILIANE CAMARINHA VALENTE**, ocupante do cargo comissionado “Diretor Geral-CMB-DAS-200.7” portador do CPF nº 591.897.622-15, suprimento de fundos no valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** com finalidade para despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros, com período de aplicação de 30 (trinta) dias, observando a classificação orçamentária abaixo:

111.01.031.0012.2.091.339030 – FR - 1001- R\$4.000,00
111.01.031.0012.2.091.339039 – FR - 1001- R\$1.000,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 04 de março de 2026.

VEREADOR JOHN WAYNE
Presidente

PORTARIA Nº 379/2026, de 04 de março de 2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei nº 8.078/01, de 05.07.01, e

CONSIDERANDO disposto no Memorando nº.....de.....

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor **RODRIGO HOLANDA ALVES**, ocupante do cargo comissionado “Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro-CMB-DAS-200.5” portador do CPF nº 513.543.902-10, suprimento de fundos no valor de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** com finalidade para despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros, com período de aplicação de 30 (trinta) dias, observando a classificação orçamentária abaixo:

111.01.031.0012.2.091.339030 – FR - 1001- R\$3.000,00
111.01.031.0012.2.091.339039 – FR - 1001- R\$2.000,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 04 de março de 2026.

VEREADOR JOHN WAYNE
Presidente

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

PORTARIA.....	03
ATA.....	02
DECRETO.....	01
RESOLUÇÃO.....	03

DIÁRIO OFICIAL

da CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"
End: Travessa Curuzú, nº 1755 – Marco
CEP: 66093-802 Belém – Pará
Homepage: www.cmb.pa.gov.br
Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB
Responsável: **Maickson Manoel Deivid Ribeiro da Conceição**- DICOS
Registro nº 2719 – DRT / PA
Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB
Responsável: **PAULO FREDERICO CARDOSO DE CASTRO LEÃO** - SIOF

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.

No vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Patrícia Queiroz. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Josias Higino abordou as negociações entre rodoviários e empresários de ônibus em Belém, expressando a esperança de que resultem no melhor para nossa capital. Mencionou que os funcionários da empresa Monte Cristo paralisaram novamente suas atividades. Recordou ter trabalhado como cobrador de ônibus e motorista de ônibus na antiga Viação Perpétuo Socorro, que faliu há alguns anos, adicionando que alguns empregados da empresa ainda lutam na Justiça por seus direitos. Frisou a importância do diálogo para superar as divergências, sugerindo a realização de uma reunião entre a patronal, o sindicato dos rodoviários, a Prefeitura Municipal de Belém - PMB e o governo estadual para avaliar o que pode ser feito para melhorar o transporte público de nossa cidade. Asseverou lutar por ônibus de boa qualidade para a população e boas condições de trabalho e um salário digno para os rodoviários. Marinor Brito notificou que o Ministério Público Federal – MPF, em relação a projeto de lei aprovado nesta Casa na semana anterior, recomendou a PMB a inclusão de representantes da sociedade civil, de órgãos das universidades e dos instrumentos de controle urbanístico no Comitê Gestor de Riscos e Desastres – CGRD na avaliação de obras realizadas pelo Executivo Municipal. Comunicou ter, neste dia, uma audiência com a secretária municipal de Meio Ambiente, Juliana Nobre Pinheiro, e que uma das pautas é a reinserção das questões ambientais na atual gestão municipal, apontando que o Plano de Ações Climáticas de Belém ainda não foi posto em prática. Parabenizou o MPF pela atenção dada às denúncias apresentadas pela bancada do PSOL na sessão ordinária anterior. Parabenizou também o governo federal pelo empenho no Congresso Nacional para a aprovação do fim da escala 6x1. Alfredo Costa informou que o programa Bolsa Família atende vinte milhões de famílias em todo o Brasil, beneficiando mais de um milhão de famílias somente no Pará e cento e oitenta mil famílias em Belém. Referiu que o programa contribuiu para que nosso país obtivesse um salto no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,74 para 0,80, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU. Frisou que tal avanço se deve fundamentalmente às condicionantes exigidas para que as famílias continuem a ser beneficiárias do programa: carteira de vacinação dos filhos atualizada; os filhos devem estar matriculados e frequentando a escola; a cada dois anos deve ser feita a atualização cadastral. Fez notar que o governo de Jair Bolsonaro abriu mão das condicionantes, não exigindo mais a vacinação, e assim ressurgiram no Brasil vírus praticamente erradicados como o sarampo. Aditou depois que quase oitenta por cento das famílias beneficiárias do Bolsa Família são chefiadas por mulheres. Neia Marques agradeceu a todos os vereadores, ao prefeito de Belém e ao governo estadual as muitas obras que estão beneficiando o Bairro da Terra Firme, expressando estar muito feliz. Atestou que tanto o prefeito Igor Normando quanto a governadora Hana Ghassan têm olhado com carinho para nossa cidade. Parabenizou sua irmã Val Marques, conselheira tutelar, por realizar um belo trabalho na campanha Maio Laranja, contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Fábio Souza disse terem ocorrido, nos últimos quinze dias, mais de oitenta e seis acidentes envolvendo motociclistas na Região Metropolitana de Belém - RMB, a maioria deles em nossa capital. Constatou que sempre são feitas campanhas educacionais sobre as boas práticas e o respeito às leis do trânsito, mas há um agravamento constante da situação. Os acidentes provocam um estrangulamento do sistema público de saúde porque as lesões são de média e alta gravidade e os pacientes ocupam os leitos dos hospitais por um longo período, advertiu. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pelo Avante, Nay Barbalho denunciou que as plataformas de elevação de cadeirantes nos ônibus climatizados (geladões) não estão funcionando. Denunciou também que alguns dos geladões estão sendo fretados nos fins de semana para realização de piqueniques e passeios em praias e clubes. Julgou absurdo ônibus que recebem incentivos públicos serem utilizados para fins privados. Assegurou verificar todas as denúncias recebidas por seu mandato e que, neste caso, todas procedem. Pediu maior fiscalização sobre as condições de funcionamento e a utilização desses veículos em nossa cidade. Pelo PC do B, Rodrigo Moraes fez menção à retirada arbitrária por uma hamburgueria, no dia anterior, das pedras da calçada da Avenida Nazaré. Explicou que aquele calçamento, feito com pedras portuguesas de lioz, é tombado pelo patrimônio público e faz parte da história da cidade. Comunicou que a PMB já notificou a hamburgueria e que o professor Michel Pinho Silva, historiador e estudioso da história de Belém, fez um vídeo sobre o ocorrido e acionou o Ministério Público do Estado do Pará – MPPEA. Aludiu depois a projeto de lei de sua autoria estabelecendo que nos residenciais do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV os prédios com mais de

um pavimento sejam equipados com telas de proteção. Pediu à Mesa Diretora da CMB que seu projeto entrasse em discussão, por se tratar de uma iniciativa importante para a cidade. Divulgou posteriormente a realização, nos dias 28 e 29 deste mês de maio, no Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE da Universidade do Estado do Pará – Uepa, da IX Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária – Jura, aditando que neste ano o evento tem o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Na ocasião, continuou, haverá debates sobre a importância da reforma agrária e será vendida a produção agrícola dos assentamentos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MTST. Pela liderança do PSD, Josias Higino reconheceu a seriedade do problema da falta de abastecimento de água em vários bairros de Belém. Recordou que um representante da empresa Águas do Pará, responsável pelo serviço, veio à CMB tratar da questão com os vereadores, mas isso não surtiu efeito. Opinou depois que o fim da escala 6x1 é apenas mais uma mentira do atual presidente da República, que já ofereceu anteriormente picanha e cerveja a preços módicos aos trabalhadores brasileiros que afirma defender. Alegou que Lula comprou parte da imprensa para mostrarem a situação do Brasil melhor do que realmente é, mas, na verdade, seu governo está afundando o nosso país. Pela liderança do Governo, Fábio Souza referiu-se novamente à violência constante que acontece no trânsito de Belém. Avaliou ser urgentemente necessário adotar ações mais fortes na fiscalização, informando que serão disponibilizadas novas câmeras para fazer o monitoramento e a aplicação da punição por infração, se for o caso. Defendeu a proibição da circulação de caminhões de grande porte durante o dia em nossa capital, como ocorre em outras grandes cidades do país. Apontou depois não ser aceitável o tráfego de carros e motocicletas nas ciclofaixas, pois todos certamente sabem tratar-se de um espaço de uso exclusivo dos ciclistas. Criticou posteriormente a postura de alguns pais que não educam os filhos, transferindo para a escola toda a responsabilidade pela educação deles. Comentou que nesses casos, quando o aluno não se comporta bem e é advertido em sala de aula, frequentemente os pais vão à escola e agridem os professores. Afirmou que todos os países desenvolvidos priorizam a educação infantil e isso deve também ser feito no Brasil. Pela liderança do PT, Alfredo Costa inteirou sobre projeto de lei de sua autoria tratando da ampliação dos cuidados especiais aos alunos que apresentam alguma neurodivergência - principalmente dislexia, TDAH e Transtorno do Espectro Autista – em toda a rede de educação básica do município de Belém. Ressaltou as dificuldades de aprendizagem dos alunos neurodivergentes, principalmente nos anos iniciais do ensino, sobrelevando ser necessária a presença de equipes multidisciplinares para acompanhar e detectar as particularidades e necessidades de cada criança. Acrescentou haver outro projeto seu determinando que durante a Semana Pedagógica, realizada no início do ano letivo, os profissionais da educação recebam capacitação profissional para perceber em sala de aula se o aluno apresenta alguma dificuldade relacionada à neurodivergência. Outro projeto de sua autoria, aditou, estabelece o fornecimento de alimentação escolar adequada às crianças com necessidades alimentares especiais, como intolerância à lactose, alergias e doença celíaca. Pediu, por fim, o apoio de seus pares à aprovação desses projetos. Pela liderança do MDB, Pablo Farah julgou inadmissível a agressão contra nosso patrimônio histórico perpetrada pela hamburgueria Burger King ao retirar as pedras de lioz que formavam a calçada da Avenida Nazaré. Notificou que o lioz é um tipo de calcário português raro e precioso e que as pedras foram transportadas de navio de Portugal para o Brasil no final do século XIX. Observou que esta Casa aprovou a Lei Ernesto Cruz (Lei Municipal nº 9541, de 27 de dezembro de 2019) que protege nosso patrimônio histórico. Parabenizou o professor Michel Pinho por denunciar a retirada das pedras de lioz, lembrando que ele presidiu a Fundação Cultural de Belém - Fumbel na gestão municipal anterior. Em aparte, manifestou-se a vereadora Marinor Brito. Encerrado o Horário de Liderança, a presidente Patrícia Queiroz solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 23ª e 24ª, sendo ambas do 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Fez-se posteriormente a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e da redação final e a dispensa do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. O vereador Túlio Neves pediu depois nova Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes nos processos de números 1057/2026, 548/2026, 547/2026, 549/2026, 2902/2025, 524/2026, 088/2026, 662/2026, 622/2026, 588/2026, 589/2026, 2186/2025 e 935/2026 passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia, entrassem em discussão e fossem votados em bloco e de forma simbólica. Solicitou também que os projetos constantes nos processos de números 2229/2025, 624/2026, 500/2026, 560/2026 e 545/2026 também fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. A seguir, foi feita a leitura do requerimento do vereador Josias Higino solicitando que esta Casa manifeste Moção de Aplausos ao Centro Universitário Fibra por levar diversos atendimentos gratuitos à população, promovendo cidadania, inclusão social e bem-estar à comunidade belenense. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Josias Higino. Em seguida, a vereadora Marinor Brito apresentou requerimento solicitando a inserção nos Anais da Casa de uma pesquisa feita pelo Instituto Doxa tratando da classificação dos serviços de água no Pará a partir da avaliação dos usuários. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Marinor Brito, Mayky Vilaça, Josias Higino, Igor Andrade, Zezinho Lima, Fábio Souza, Nay Barbalho e Pablo Farah. Posteriormente fez-se a leitura e votação do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando licença parlamentar em 03/06/2026, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Fábio Souza solicitando licença parlamentar em 03/06/2026, sendo este aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos constantes nos processos de números 1057/2026, 548/2026, 547/2026, 549/2026, 2902/2025, 524/2026, 088/2026, 662/2026, 622/2026, 588/2026, 589/2026, 2186/2025, 935/2026, 2229/2025, 624/2026, 500/2026, 560/2026 e 545/2026. Na discussão, não houve oradores. A presidente Patrícia Queiroz pediu depois a dispensa da leitura dos projetos. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Postos a seguir em votação, os projetos

foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. A presidente declarou então aprovados os projetos constantes nos processos de números 1057/2026, 548/2026, 547/2026, 549/2026, 2902/2025, 524/2026, 088/2026, 662/2026, 622/2026, 588/2026, 589/2026, 2186/2025, 935/2026, 2229/2025, 624/2026, 500/2026, 560/2026 e 545/2026. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Em seguida, a presidente Patrícia Queiroz encerrou a sessão, às dez horas e quarenta e oito minutos. Estava licenciado o vereador Gleisson Oliveira. Justificaram suas ausências os vereadores João Coelho, John Wayne, Lulu das Comunidades, Raquel dos Animais e Vivi Reis. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Blenda Quaresma, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Renan Normando e Silvane Ferraz, pelo MDB; André Martha, Pastora Salette, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Zeca do Barreiro, Felipe Vinagre e Vitor Sales, pelo União Brasil; Marinor Brito, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Patrícia Queiroz, pelo PP; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Vitor Gama, pelo PRD; Nay Barbalho, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Salão Plenário Laércio Barbalho, dia 27 de maio de 2026.**

PATRICIA QUEIROZ

Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário**FELIPE VINAGRE**
2º Secretário**ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.**

No vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência da vereadora Neia Marques. Esta abriu a sessão e em seguida a suspendeu até o encerramento da reunião do Colégio de Líderes, que estava ocorrendo na Sala VIP, anexa ao Salão Plenário. Reaberta a sessão, assumiu a presidência da Mesa a vereadora Patrícia Queiroz. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Vivi Reis aludiu à recomendação do Ministério Público Federal – MPF ao prefeito Igor Normando de que faça a revisão da composição do Comitê Gestor de Riscos e Desastres – CGRD para inclusão de membros da comunidade científica e de representantes da sociedade civil organizada. Lembrou que a bancada do PSOL defendeu tal inclusão quando o projeto da Prefeitura Municipal de Belém - PMB foi debatido nesta Casa em sessão ordinária anterior. A recomendação do MPF mostra nitidamente que o projeto aprovado neste parlamento alterando a composição do CGRD é um verdadeiro retrocesso jurídico e um ataque à democracia, opinou. afirmou que a atual gestão municipal atua claramente para reduzir o controle social e a participação popular em espaços institucionais onde deveria ser promovido o debate e o planejamento. Notificou ter protocolado requerimento neste dia solicitando que a PMB faça a revisão do projeto garantindo o retorno de instituições como o Serviço Geológico do Brasil - SGB e da Universidade Federal do Pará – UFPA ao CGRD. Solicitou depois a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao poeta e músico Antônio Sena, expoente da luta antimanicomial em nosso estado. Marinor Brito destacou que o fim da escala 6x1 tornou-se uma pauta importante para a sociedade brasileira e, por isso, o presidente Lula consegue avançar nas negociações para sua aprovação na Câmara Federal. Recordou ter apresentado requerimento, aprovado na sessão ordinária anterior, solicitando a inclusão nos Anais da Casa de pesquisa realizada pelo Instituto Doxa mostrando haver grande insatisfação dos clientes com o serviço prestado pela Águas do Pará. Considerou ter sido muito prejudicial ao povo paraense a entrega pelo governo estadual da distribuição de água a essa empresa. Criticou depois a flexibilização da legislação ambiental, limitando as possibilidades de controle da exploração da natureza. Comunicou ter apresentado requerimento, em pauta nesta sessão, solicitando que esta Casa se posicione politicamente junto ao Senado Federal para que este rejeite projeto de lei com esse teor, já aprovado na Câmara Federal. Fábio Souza comentou sobre a reunião, neste dia, dos membros deste parlamento com a secretária municipal Raphaela Vieira Segadilha, titular da Secretaria Municipal de Cultura – Secult. Recordou que, como servidor público, atuou por muito tempo no campo da cultura, pois trabalhou na Fundação Cultural do Município de Belém - Fumbel, presidiu o Instituto de Artes do Pará – IAP e trabalhou na Fundação Cultural Tancredo Neves (hoje chamada Fundação Cultural do Pará). A atual gestão municipal, através da Secult, promoveu a diversificação de segmentos culturais, dando espaço a várias manifestações no calendário municipal de eventos, indicou. Salientou que os Pássaros Juninos são a única manifestação cultural genuinamente paraense, não existindo em outros estados. Ressaltou que a PMB, neste ano, proporcionou a ressurreição do Carnaval de Belém, trazendo personalidades reconhecidas nacionalmente para participarem da festa e estimulando a presença do público. Não havendo mais vereadores inscritos, a presidente Patrícia Queiroz encerrou o Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSOL, Marinor Brito frisou que a responsabilidade política pelo mau desempenho da empresa Águas do Pará é do governo estadual e não há como ser complacente em relação a isso, tratando-se de um processo de privatização dos serviços. O resultado de pesquisa feita pelo Instituto Doxa mostra a forte insatisfação dos clientes com a distribuição de água em nosso estado realizada pela empresa, aditou. Apelou depois ao Senado Federal para que rejeite o Projeto de Lei nº 2486/2026, já aprovado pela Câmara Federal, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Jamanxim, no município de Novo Progresso, no estado do Pará. Argumentou que uma APA é menos restritiva e mais vulnerável à ocupação privada e à expansão

agropecuária e que a APA do Jamanxim situa-se em uma área sob forte pressão do desmatamento. Pela liderança do PSD, André Martha relatou ter acompanhado, nesta semana, o início das obras do programa Asfalto Por Todo o Pará na comunidade Santos Inocentes, no Bairro da Marambaia. Ressaltou que o asfaltamento e o saneamento das vias não apenas melhoram a mobilidade, como também trazem dignidade e saúde à população. Comemorou depois o início da produção nacional da caneta emagrecedora, que terá um custo mais baixo e tornará um pouco mais acessível o tratamento contra a obesidade para nossa população. Defendeu a disponibilização desse medicamento no Sistema Único de Saúde – SUS para tratar os pacientes obesos, sobrelevando que a redução da obesidade reduz os gastos e a demanda por atendimentos em saúde. Elogiou o ministro da Saúde Alexandre Padilha afirmando que ele também defende a disponibilização das canetas emagrecedoras no SUS. Cogitou que isso tornaria o tratamento contra a obesidade acessível ao povo, pois atualmente ele é muito caro. O combate à obesidade não é uma questão estética, mas de saúde, acrescentou. Pela liderança do PT, Alfredo Costa expressou também apoiar a disponibilização das canetas emagrecedoras no SUS, ressaltando que a obesidade é uma doença. Julgou ser uma medida factível, apontando haver muitos projetos com esse teor tramitando no Congresso Nacional. Referiu depois que o presidente Lula lançou o Move Brasil Táxi e Aplicativos, um financiamento para motoristas de aplicativo e taxistas adquirirem seus automóveis com carência de seis meses e um prazo de setenta e dois meses para quitar o veículo, com juros abaixo do mercado. Sublinhou que o trabalhador não precisará dispor de dinheiro, deve apenas ter um ano de serviço na plataforma e obter a aprovação de seu cadastro no programa. Além disso, prosseguiu, os juros serão ainda menores para as mulheres. Atualmente, discorreu, os motoristas de aplicativo são duplamente explorados, pelas plataformas e pelas locadoras de carros, mas a iniciativa do governo federal permitirá que trabalhem com mais tranquilidade e dignidade e também aquecerá a economia, aumentando a venda de veículos. Pela liderança do PDT, Raquel dos Animais informou sobre projeto de lei de sua autoria, indicativo ao Executivo Municipal, tratando da instalação de fossas ecológicas nas regiões insulares de nosso município. Reportou haver uma deficiência no sistema de esgoto e de saneamento básico em Belém e que isso se agrava muito mais nas regiões das ilhas. Quase todos os moradores dessas áreas ainda utilizam as chamadas fossas negras, buracos que recebem todos os dejetos da residência, e tais dejetos contaminam o solo e as águas dos rios e igarapés trazendo danos à saúde de todos, apontou. O sistema de fossa ecológica é barato e resolve o problema da coleta desses resíduos lançados indevidamente ao solo, atestou. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Felipe Vinagre. Pelo PP, Patrícia Queiroz agradeceu ao prefeito Igor Normando por denominar Pastor Paulo Queiroz o Postão da Saúde do Jumanxim. Fez menção posteriormente ao aniversário do pastor Josué Bengtson, em 23 de maio passado, presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará. Inteirou que Josué Bengtson chegou a Belém sozinho em um fusca e atualmente é igreja tem mais de trezentos mil membros. Fez notar que a campanha Maio Laranja, de conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, está se encerrando. Assegurou, porém, que continuará a desenvolver ações com esse objetivo nas escolas e pela cidade. Convidou seus pares a participar de sessão especial sobre o tema, que será realizada na manhã do dia seguinte neste parlamento. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Findo o seu pronunciamento, a vereadora Patrícia Queiroz reassumiu a presidência da Mesa. Encerrado o Horário de Liderança, a presidente solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Antônio Sena, atendendo à solicitação da vereadora Vivi Reis. Procedeu-se depois à leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador pediu Questão de Ordem do vereador Felipe Vinagre solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e da redação final e a dispensa do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, o vereador Felipe Vinagre pediu novamente Questão de Ordem solicitando que os projetos constantes nos processos de números 1024/2026 e 819/2026 passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia, entrassem em discussão e fossem votados em bloco e de forma simbólica. Solicitou também que os projetos constantes nos processos de números 254/2026, 379/2026, 381/2026, 196-A/2026, 085/2026, 681/2026, 2902/2025, 588/2026 e 589/2026 também fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Rodrigo Moraes solicitando a realização de uma sessão especial com o objetivo de promover um amplo debate para construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura, Biblioteca e Oralidade. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Rodrigo Moraes, Alfredo Costa e Marinor Brito. Foi feita posteriormente a leitura do requerimento da vereadora Nay Barbalho solicitando a realização de uma sessão especial para homenagear os parceiros da inclusão no município de Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento da vereadora Marinor Brito solicitando que esta Casa encaminhe Moção de Apelo Institucional ao Senado Federal, à bancada do estado do Pará no Senado Federal e à Presidência do Congresso Nacional pela rejeição do Projeto de Lei nº 2486/2026, já aprovado pela Câmara Federal, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, no município de Novo Progresso, no estado do Pará. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por maioria. Justificaram seus votos as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posteriormente o vereador Augusto Santos apresentou requerimento solicitando a inclusão nos Anais da Casa de matéria publicada no portal do Ministério Público do Estado do Pará – MPPE intitulada “Campanha ‘Te Arreda Ai, Mano’ reforça combate à importunação sexual no transporte público”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Pablo Farah, Marinor Brito, Fábio Souza, Mayky Vilaça e Nay Barbalho. Passou-se em seguida à leitura do requerimento da vereadora Pastora Salette solicitando que esta Casa manifeste Moção de Aplausos à PMB pela entrega do novo Postão da Saúde, no Bairro do Jumanxim, agora denominado Pastor Paulo Queiroz. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou

seus votos a vereadora Pastora Salete e o vereador André Martha. Foi feita a seguir a leitura do requerimento da vereadora Vivi Reis solicitando a realização de uma sessão especial em alusão ao Dia do Biomédico, celebrado em 20 de novembro, a ser realizada em data e hora a combinar. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Vivi Reis. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos constantes nos processos de números 819/2026, 1024/2026, 379/2026, 254/2026, 381/2026, 196-A/2026, 085/2026, 681/2026, 2902/2025, 588/2026 e 589/2026. Na discussão, não houve oradores. A vereadora Marinor Brito pediu depois Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos projetos. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos a seguir em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. A presidente declarou então aprovados os projetos constantes nos processos de números 819/2026, 1024/2026, 379/2026, 254/2026, 381/2026, 196-A/2026, 085/2026, 681/2026, 2902/2025, 588/2026 e 589/2026. Justificaram seus votos os vereadores Marinor Brito, Alfredo Costa e Neia Marques. Em seguida, a presidente Patrícia Queiroz encerrou a sessão, às quinze horas e quarenta e um minutos. Estava licenciado o vereador Gleisson Oliveira. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma, João Coelho, John Wayne, Lulu das Comunidades, Neném Albuquerque, Renan Normando e Zeca do Barreiro. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Pablo Farah e Silvano Ferraz, pelo MDB; André Martha, Pastora Salete, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Felipe Vinagre e Vitor Sales, pelo União Brasil; Vivi Reis e Marinor Brito, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais, pelo PDT; Patrícia Queiroz, pelo PP; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Vitor Gama, pelo PRD; Nay Barbalho, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Salão Plenário Laércio Barbalho, dia 27 de maio de 2026.**

PATRÍCIA QUEIROZ
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

FELIPE VINAGRE
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 017, de 20 de maio de 2026.

Concede Licença ao Senhor Vereador **GLEISSON OLIVEIRA**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam concedidos ao Senhor Vereador **GLEISSON OLIVEIRA**, de acordo com o disposto no art. 51, inciso II e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 da Resolução nº 15, de 16.12.92 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e, considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia **20.05.2026**, na forma do art. 146, alínea “e” da Resolução nº 15, de 16.12.92 – **03 (TRÊS)** dias de Licença, nos dias **13, 20 e 27.05** do corrente ano, conforme Processo nº **1009/2026**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **13.05.2026**.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 20 de maio de 2026.

Vereador JOÃO COELHO
Presidente da Câmara Municipal de Belém, em exercício

Vereador TÚLIO NEVES
1º Secretário

Vereador FELIPE VINAGRE
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 018, de 27 de maio de 2026.

Concede Licença Parlamentar ao Senhor Vereador **FÁBIO SOUZA**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art.1º. Fica concedido ao Senhor Vereador **FÁBIO SOUZA**, de acordo com o disposto no art. 51, inciso I, alínea “d” e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 da Resolução nº 15, de 16.12.92 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e, considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia **27.05.2026**, na forma do art. 146, alínea “d” da Resolução nº 15, de

16.12.92 – **01 (UM)** dia de Licença Parlamentar, no dia **03.06** do corrente ano, conforme Processo nº **1143/2026**.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 27 de maio de 2026.

Vereadora NEIA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal de Belém, em exercício

Vereador TÚLIO NEVES
1º Secretário

Vereador FELIPE VINAGRE
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 019, de 27 de maio de 2026.

Concede Licença Parlamentar ao Senhor Vereador **IGOR ANDRADE**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art.1º. Fica concedido ao Senhor Vereador **IGOR ANDRADE**, de acordo com o disposto no art. 51, inciso I, alínea “d” e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 da Resolução nº 15, de 16.12.92 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e, considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia **27.05.2026**, na forma do art. 146, alínea “d” da Resolução nº 15, de 16.12.92 – **01 (UM)** dia de Licença Parlamentar, no dia **03.06** do corrente ano, conforme Processo nº **1144/2026**.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 27 de maio de 2026.

Vereadora NEIA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal de Belém, em exercício

Vereador TÚLIO NEVES
1º Secretário

Vereador FELIPE VINAGRE
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 066, de 20 de maio de 2026.

Concede o Diploma e a Comenda Gaspar Viana ao Senhor **SIPRIANO FERRAZ SANTOS JUNIOR**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º. Ficam concedidos o Diploma e a Comenda Gaspar Viana ao Senhor **Sipriano Ferraz Santos Junior**.

Art.2º. A honraria de que trata o presente Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art.3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 20 de maio de 2026.

Vereador JOÃO COELHO
Presidente da Câmara Municipal de Belém, em exercício

Vereador TÚLIO NEVES
1º Secretário

Vereador FELIPE VINAGRE
2º Secretário



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

	Despesa com Pessoal													
	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	<MR-1>	<MR-10>	<MR-3>	<MR-5>	<MR-7>	<MR-9>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)														
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.985.939,54	7.482.530,16	7.798.224,16	13.980.520,17	7.536.231,22	8.189.252,91	8.189.252,91	8.517.976,42	8.574.853,05	9.792.702,48	9.619.149,29	10.792.007,98	9.432.281,45	109.708.668,93
Pessoal Ativo	7.985.939,54	7.482.530,16	7.798.224,16	13.980.520,17	7.536.231,22	8.189.252,91	8.189.252,91	8.517.976,42	8.574.853,05	9.792.702,48	9.619.149,29	10.792.007,98	9.432.281,45	109.708.668,93
Vencimentos, Variáveis e Outras Despesas Variáveis	7.221.428,11	6.742.106,94	7.088.378,96	11.590.339,46	7.183.536,11	7.287.702,47	7.287.702,47	7.839.125,96	8.179.807,27	8.393.393,25	8.439.798,30	10.007.538,03	8.659.549,90	98.300.802,05
Obrigações Patronais	764.511,43	760.423,22	768.845,50	2.390.183,71	352.695,11	901.550,44	901.550,44	888.860,46	394.845,76	1.439.309,23	1.179.360,99	794.469,36	772.731,55	11.327.866,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF (II))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perícia Judicial referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parêntes (ACET art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.985.939,54	7.482.530,16	7.798.224,16	13.980.520,17	7.536.231,22	8.189.252,91	8.189.252,91	8.517.976,42	8.574.853,05	9.792.702,48	9.619.149,29	10.792.007,98	9.432.281,45	109.708.668,93

siconfi
TESOURO NACIONALSistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro**Relatório de Gestão Fiscal****Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2025****Período de referência: 2º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.263.780,050,48	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	5.263.780,050,48	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	109.708.668,83	2,08
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	315.826.803,03	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	300.035,462,88	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	284.244,122,73	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TESOURO

NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									
	Exercício em que Excedeu o Limite					Exercício do Primeiro Período Seguinte				
	No Quadrimestre/Semestre					Primeiro Período Seguinte				
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)			Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal										
Valores Percentuais										

siconfiSistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)												
RECETA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

siconfiSistema de Informações
Contábeis e Fiscais do
Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Belém - PA (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2025

Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE:66152534291
Date: 2025.09.24 10:16:37 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Belém - PA

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.